

PROJETO DE LEI Nº 1.068, DE 1996

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a transformação da parcela remuneratória relativa à Unidade de Referência de Preços -URP- de fevereiro de 1989, concedida a servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em vantagem pessoal nominalmente identificada.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º A parcela remuneratória de 26,05% (vinte e seis inteiros e cinco centésimos por cento) relativa à Unidade de Referência de Preços - URP - de fevereiro de 1989, concedida a servidores do Quadro de Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal por força de decisão judicial, fica transformada em vantagem pessoal nominalmente identificada.

Parágrafo único. Sobre a vantagem de que trata este artigo não incidirá qualquer reajuste, exceção feita às antecipações salariais e aos reajustes gerais dos servidores públicos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 1997.